

## MATRIZES DO PENSAMENTO MODERNO: O CASO DA IBÉRIA RELAÇÕES ENTRE CULTURA E PODER

**Aluno: Renata Rodrigues**  
**Orientador: Paulo M. d'Ávila Filho**

### Introdução

Uma questão central nos *cultural studies* (estudos culturais) é a relativização do olhar. Ou seja, não analisar apenas *o que se fala*, mas *quem, de onde e porquê* fala. De acordo com Foucault[1], o discurso não é somente aquilo que se apresenta, mas ele próprio é poder e sua posse, alvo de disputa. Dessa forma, a ciência aparece como um grande instrumento de poder, na medida em que não apenas ela mesma é um discurso, como fornece as bases (regras, métodos) para a formação dos discursos sobre a realidade. A pesquisa pretende investigar as bases do pensamento político moderno, contextualizando-o com o tema do eurocentrismo no campo das ciências sociais, partindo do caso ibérico. Trata-se de uma análise política da ciência, ou seja, desta como um instrumento de poder e dominação cultural.

### Desenvolvimento

Um conceito central para abordar o tema do eurocentrismo nas ciências, aqui particularmente as ciências sociais, é o de *modernidade*. É central porque a partir dele os povos e culturas são divididos em dois grandes grupos: os modernos e os pré-modernos. Essa distinção é realizada de forma neutra e objetiva e, na verdade, carregada de valores.

Faz parte de todo discurso hegemônico a naturalização da própria cultura e o tratamento das demais como tradições culturais. Ou seja, a forma de pensar do grupo dominante não é vista como *uma possível*, mas como a forma *natural* de pensar. Isso é verdadeiro também no caso da própria ciência que é a forma de conhecimento desenvolvida pelo Ocidente. No entanto, ela ganha *status* de verdade e as demais formas de conhecimento são vistas apenas como *tradições culturais*.

Queremos tratar aqui, no entanto, da naturalização dentro da ciência, ou seja, como uma experiência histórica específica – a européia, ou para ser mais exato poderíamos dizer inglesa e francesa – se torna hegemônica, tornando-se um *dever ser* para as demais sociedades. Neste ponto, retornamos ao conceito de modernidade.

A divisão de todas as sociedades humanas nestes dois grupos – modernos e pré-modernos – institucionaliza a hierarquia entre as sociedades, pois desta primeira divisão decorrem outras de igual caráter eurocêntrico, como por exemplo, desenvolvidos/subdesenvolvidos ou adiantadas/atrasadas. Estes conceitos implicam a idéia de *progresso*, ou seja, uma classificação do outro pela ausência, pelo que o outro não tem, já que estas classificações partem do *centro*. Edgardo Lander[2] destaca que “as ciências sociais se constituem como tais num contexto espacial e temporal específico: em cinco países liberais industriais (Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos) na segunda metade do século passado” (Lander, 2005: 33). Edward Said[3], por sua vez, afirma que a autoridade do Ocidente é dada pela construção do Oriente. A partir do momento que as ciências sociais, nascidas nestes países *centrais*, classificam as demais culturas a partir do que elas *não são* ou *não tem*, é criada uma hierarquia de culturas. O mais interessante desse processo é que os povos que são classificados como *atrasados* e *pré-modernos* assumem esta forma de pensar para si próprios, ou seja, pensam suas histórias e suas culturas nestes termos classificatórios –

a ciência ganha um *status* propositivo. Em seu artigo “*Weber e a Interpretação do Brasil*”, Werneck Vianna[4] afirma que, no Brasil, Weber é mobilizado mais para tratar das formas patológicas de acesso ao moderno do que para identificação de patologias da modernidade, associando-se “ao diagnóstico que reivindica a *ruptura* como passo necessário para a conclusão dos processos de mudança social que levam ao moderno” (grifo no original). Essa se torna uma característica das ciências sociais nos países *subalternos*: a análise de sua história e cultura pelo que deveriam ser ao invés de pelo que são. No mesmo sentido, Lander afirma que “em todo mundo ex-colonial, as ciências sociais serviram mais para o estabelecimento de contrastes com a experiência histórica universal (*normal*) da experiência européia (ferramentas neste sentido de identificação de carências e deficiências que *têm* de ser superadas), que para o conhecimento dessas sociedades a partir de suas especificidades histórico-culturais” (2005: 36).

### **Metodologia**

Nosso trabalho de pesquisa procurou abordar o tema, inicialmente, adotando o livro *Tradição e Artifício – Iberismo e Barroco na Tradição Americana*, de Rubem Barboza Filho[5], como livro-texto. Nesta obra, o autor realiza uma minuciosa investigação sobre filosofia e história da Ibéria, adotando uma perspectiva diferenciada da historiografia e sociologia clássicas. Num segundo momento da pesquisa, ainda não concluído, passamos a investigar o pensamento de Raymundo Faoro[6], como representante da escola clássica, através de dois livros seus: *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* e *Os Donos do Poder – A Formação do Patronato Brasileiro*. Na apresentação deste relatório, que presta contas do andamento da pesquisa (que não está concluída), nos deteremos ao pensamento exposto no primeiro livro citado.

### **A Ibéria**

É possível observar nas análises sobre a Ibéria o impacto que uma perspectiva hegemônica, no âmbito das ciências sociais, produz. Apesar de Portugal e Espanha localizarem-se na Europa, são tratados como um caso frustrado de desenvolvimento, como “a Europa que não deu certo”. Essa classificação, no entanto, é eurocêntrica porque deixa de observar as especificidades desses dois países, colocando-os como participantes de um tronco único de desenvolvimento – o europeu. Neste sentido, até mesmo a classificação de *eurocêntrica* estaria inadequada. Isso só reafirma a heterogeneidade da história européia, cuja visão contrária colabora na afirmação de sua hegemonia.

Rubem Barboza Filho, no livro supracitado, procura desconstruir a interpretação dominante de que a trajetória histórica da Ibéria seria um fracasso em relação ao restante da Europa, afirmando, ao contrário, que se trata de uma variante civilizacional do ocidente. Para isso, o autor procurará descrever a Ibéria nos seus próprios termos, através de alguns autores escolhidos. A tese de Rubem Barboza Filho é de que a Ibéria dos Séculos de Ouro representaria uma alternativa original diante do turbilhão de desenvolvimento nos moldes capitalistas que abalavam a Europa à época.

O primeiro autor abordado é Perry Anderson. Este autor marxista “situa a Ibéria dos Séculos de Ouro na perspectiva da transição do feudalismo para o mundo moderno” (2000:70). Anderson vê na Espanha em formação do século XVI o germen das formas absolutistas de poder. Observa, entretanto, um paradoxo: apesar de a Espanha disseminar formas absolutistas pela Europa, essas mesmas formas não conseguem ser implantadas em território ibérico. Anderson registra como especificidade desse absolutismo espanhol a repressão da burguesia, diferente do restante da Europa onde a nobreza foi reprimida. Entretanto, para sustentar seu argumento o autor não se utiliza de explicações socioculturais para este processo, como se a cultura ibérica fosse predisposta a sufocar um espírito de

desenvolvimento nos moldes capitalistas, mas o sim como resultado de um jogo de interesses entre os atores sociais envolvidos.

Barboza ressalta que a análise de Anderson ainda está presa a uma concepção de que a história ibérica é uma desviante de um tronco único de desenvolvimento: “centralização do poder e racionalização administrativa” (2000:74) e contrapõe a essa interpretação a hipótese da especificidade: a situação política e social da Ibéria nesse período, sua “recusa” em centralizar-se, seria resultado de uma opção, não de um atraso com relação ao restante da Europa. Segundo Barboza, a especificidade histórica da Ibéria deve “ser compreendida como desdobramento de premissas políticas e culturais distintas daquelas que vieram a prevalecer na Europa” (2000:74). O ponto positivo da análise de Anderson reside, portanto, em ir de encontro às interpretações que colocam Portugal e Espanha como pioneiros no processo de centralização política da Europa, por demonstrar que este processo não era realidade nesses territórios. Portugal e Espanha desenvolveram formas de governo alternativas, cuja descentralização era marcante. Não há pioneirismo, mas especificidade.

Outro autor explorado por Barboza é Antonio Manuel Hespanha. Assim como Anderson, Hespanha nega o pioneirismo ibérico no processo de centralização administrativa dos Estados europeus. Entretanto, seu argumento de invalidação da hipótese contrária é o **anacronismo**. Este autor atribui às “tradições historiográficas do liberalismo do século XIX e do pensamento autoritário das décadas de trinta e quarenta do século XX” (2000:75) a capacidade de enxergar no século XIV-XV um fenômeno que somente ocorrerá no século XVI-XVII na Europa. Dessa forma, Hespanha está se contrapondo a uma interpretação *evolutiva* da história, que entende as formas de organização do poder modernas como desenvolvimento quase natural das formas medievais. O que a historiografia tradicional entende como uma precoce “estadualização”, Hespanha interpreta como uma forma de organização tradicional do poder. De acordo com a análise de Hespanha, essa lógica de organização tradicional do poder está em consonância com o pensamento político medieval, marcado pela idéia da política como missão, de cooperação da parte com o todo com o fim de alcançar um objetivo comum.

De acordo com a percepção de Hespanha sobre a divisão de poderes em Portugal do século XVI, as comunidades locais possuíam autonomia, e esta era tão valorizada que a lei local tinha o poder de revogar a lei geral. O objetivo da Coroa era inverter essa situação, tornando o poder central, ou seja, a lei geral, superior à lei local. O poder assim dividido alimenta a vida local e torna, segundo Hespanha, a comunidade indisponível ao poder central. Na tentativa de ampliação do poder, a Coroa vê-se limitada pelas várias “microesferas” de poder (as comunidades locais, além de universidades, Igreja, desembargadores etc.). Sua estratégia passa a ser, então, a extensão de sua área de atuação. Como nas instâncias tradicionais seu poder era limitado, procura novos espaços de atuação. O poder do Príncipe se amplia limitado, no entanto, pela “matriz particularista da sociedade”, impedindo, dessa forma, “a constituição de um Estado moderno – em termos weberianos” (2000:80).

Não existe paradoxo, portanto, na análise de Hespanha quanto à simultaneidade dos movimentos de centralização ao redor do Príncipe e a manutenção de formas tradicionais de poder, como apontava Anderson. O paradoxo só se justifica compreendendo-se o processo ibérico como pertencente a um tronco de desenvolvimento comum - o europeu. Hespanha entende a trajetória ibérica como uma “lógica específica e particular com referência à evolução seguida por outros países europeus no mesmo período” (2000:81).

O ponto que Barboza ressalta nessa interpretação de Hespanha é essa necessidade de a Coroa portuguesa procurar novos espaços de exercício de poder. O autor conclui que para a manutenção do equilíbrio de poder na Ibéria a expansão territorial é uma necessidade, tornando-se uma marca característica dessa sociedade a obsessão com o “domínio e a organização de novos espaços territoriais” (2000:82).

Finalmente, Barboza traz Giovanni Arrighi ao debate, o qual realiza um recorte econômico da Ibéria dos Séculos de Ouro. Este autor define “*capitalismo*” e “*territorialismo*” como lógicas distintas de organização do poder, as quais resultariam em diferentes estratégias de organização do Estado. Enquanto os primeiros estariam preocupados em acumulação de capital, os últimos estariam em expansão territorial, sendo o capital apenas um meio para a consecução disso. Arrighi aponta, também, uma união de interesses entre a burguesia italiana do século XV e a Ibéria dos Séculos de Ouro, aliançando o poder aristocrático e territorial da segunda ao poder econômico das primeiras. Nas palavras de Barboza, a Ibéria teria sido instrumentalizada pela lógica capitalista dos italianos. Dessa forma, a Ibéria e as cidades-estado italianas se complementavam, permitindo seu mútuo desenvolvimento. Esta interpretação permite que o autor supere a idéia dominante de que espanhóis e portugueses simplesmente entregaram as riquezas americanas aos europeus. Partindo do princípio de que estes entendiam desenvolvimento de forma distinta, Portugal e Espanha saíram tão beneficiados quanto os europeus dessa troca.

Dessa forma, Barboza expõe à página 101 do livro a sua tese: a Ibéria se constituiu como variante civilizacional do Ocidente, tendo o *territorialismo* como sua característica básica, pois dele derivam suas **opções** de desenvolvimento: espaço sobre o tempo, permanência sobre mudança. O autor reafirma o *territorialismo* como a característica diferencial da Ibéria, pois este não fica restrito ao período histórico em que os Estados-Nação aceitavam como forma de poder o domínio sobre territórios e populações. O expansionismo ibérico data do início do milênio e permanece até ao século XVIII. O autor responsabiliza uma concepção de mundo baseada no sagrado, com crenças bem definidas do que seria (ou do que deveria ser o mundo), por esta “liberdade” dos ibéricos perante o espaço. A Ibéria, num primeiro momento, guia-se por premissas teológicas, como a da missão evangelizadora do mundo. No entanto, quando essas premissas não estão mais presentes, após o século XVI, o territorialismo permanece como traço marcante da Ibéria. O autor afirma que este territorialismo insistente funcionou como uma barreira diante das concepções socioculturais do Ocidente “europeu”.

No entanto, a consolidação deste “outro Ocidente”, baseado no tempo ao invés do espaço, força a Ibéria a adotar uma nova concepção de história, não mais baseada no espaço. Dessa forma, entre os séculos XV e XVIII, a Ibéria vive uma verdadeira reavaliação de suas premissas históricas, num esforço de adequação ao novo Ocidente vitorioso.

O outro autor abordado na pesquisa, Raymundo Faoro, no seu livro *Existe um Pensamento Político Brasileiro?*, argumenta a respeito da formação do pensamento político brasileiro, ligando-o diretamente à formação histórica e cultural portuguesa. É possível obter uma idéia geral do seu argumento a partir da compreensão de três dos capítulos do livro citado: “A Revolução Irrealizada”, “O Reino Cadaveroso” e “A Ruptura Pombalina”, capítulos dois, três e quatro do livro, respectivamente.

No segundo capítulo, “A Revolução Irrealizada”, o autor inicia sua análise da história portuguesa, a partir da Revolução de Avis, de 1385. Faoro identifica nos antecedentes dessa revolução aspectos que, segundo ele, resultariam numa revolução burguesa. Entretanto, “tudo se frustraria” (1994:18). Faoro identifica uma “precocidade” no “Renascimento” e na “supremacia burguesa” (1994:16) em Portugal. O Renascimento, segundo ele, foi “débil”, pois não conseguiu romper com o “tradicionalismo político” (1994:19). A supremacia burguesa, ao invés de gerar uma “Revolução Burguesa”, financiou os novos descobrimentos.

Faoro identifica dois momentos de escolha para Portugal. No primeiro, referindo-se aos descobrimentos, Portugal teria de fazer a opção entre a *política do transporte* e a *política da fixação*. Portugal opta pela primeira. No segundo momento, Faoro refere-se ao pensamento português propriamente dito. Portugal teria diante de si dois caminhos: o

primeiro, identificado por “*saber só de experiências feito*”, o levaria ao “pensamento moderno europeu”; o segundo, o “tradicionalismo político”, o levaria ao “*reino cadaveroso*”. Portugal opta pelo segundo caminho.

Neste momento se inicia o terceiro capítulo do livro, “O Reino Cadaveroso”, no qual Faoro desenvolve a tese de que o reino português se isolou do restante da Europa, ou seja, do “pensamento político universal”, devido às suas escolhas políticas. Por não ter desenvolvido uma política de fixação consistente, Portugal encontrava-se em dificuldades econômicas quando o comércio com as Índias decaiu. O tradicionalismo político, com as teorias da origem divina do poder e a conseqüente soberania do príncipe, retardam a aceitação da “noção dos *direitos do homem*” (1994:20). A força política da Igreja causa, no contexto da Reforma Católica e Contra-Reforma, o distanciamento do país às obras “universalmente” lidas, pelo Index Romano, levando ao fracasso qualquer tentativa de Humanismo. Assim, Faoro procura demonstrar que Portugal manteve-se preso ao medievalismo, ao tradicionalismo, enquanto a “Europa” avançava no humanismo e nas teorias “modernas” de secularização da política.

O quarto capítulo do livro chama-se “A Ruptura Pombalina”. Neste momento Faoro trata do que ele chama do “reencontro de Portugal com a Europa” (1994:24). Este “reencontro” seria proporcionado pelas reformas modernizantes realizadas pelo marquês de Pombal, que tinham o objetivo de “engastar Portugal na Europa, da qual se distanciara, sem comprometer o absolutismo, a autoridade e o sistema colonial” (1994:26). Isto é, trazer Portugal para “dentro” da Europa mantendo, no entanto, algumas premissas que, de acordo com o entendimento de Faoro, estariam distantes desse “pensamento europeu”. Por isso Faoro afirma ser o absolutismo português distinto do europeu: “Ao manter, embora atenuada, a aristocracia, retirando-lhe apenas o papel de controle político, sem substituí-la por outra classe, a burguesia comercial, o absolutismo adquiriu forma peculiar que o distingue do francês e do Iluminismo europeu” (1994:28). Ou seja, comparando com a experiência “européia”, Faoro percebe uma diferença – a “aristocracia” não foi substituída pela “burguesia comercial”, antes mantiveram-na sem, no entanto, “o papel de controle político”. Esta particularidade leva o autor a identificar uma contradição nas reformas: o Estado se sobrepunha à burguesia comercial, privada de “autonomia”, e à aristocracia “vigiada”.

Esta exposição sucinta do pensamento desses dois autores tem um objetivo meramente exemplar. Os autores tratam de períodos diferentes e de objetos ligeiramente distintos. Embora Barboza se proponha a analisar a trajetória ibérica como um todo, neste relatório focalizamos suas citações espanholas. Faoro, por outro lado, trata do pensamento político especificamente português, para depois chegar ao brasileiro. Para os objetivos deste relatório, no entanto, esta exposição nos é suficiente para exemplificar duas atitudes distintas adotadas pelos *cientistas sociais* quando se deparam com a especificidade ibérica diante da cultura ocidental aceita como moderna (nos termos weberianos).

Faoro pertence ao grupo que, baseado numa leitura propositiva de Weber, identifica em Portugal instituições distintas das descritas por este último como sendo modernas. Assim, classifica Portugal como não-moderno e passa a analisar sua história pelo que *não foi*, pelo que *não fez*, concluindo a necessidade de ruptura com esta tradição a fim de alcançar a modernidade. Um exemplo claro disso é o título do segundo capítulo do livro utilizado nessa pesquisa: “A Revolução Irrealizada”. Este título invoca a idéia de uma certa linearidade esperada no desenrolar da história, a qual foi quebrada por Portugal quando *não* realizou essa revolução.

De acordo com Faoro, Portugal vinha numa trajetória muito boa, de valorização de princípios democráticos, com intermediação popular, no caminho para realizar uma revolução democrática (nos moldes ingleses). Entretanto, no momento dos descobrimentos, faz a opção errada: escolhe a *política do transporte* ao invés da *política da fixação*. Neste ponto, é

possível uma comparação mais específica com o pensamento de Barboza. Ao que o primeiro chama de *política do transporte*, este último, utilizando-se dos termos de Arrighi, chama *territorialismo*.

Barboza identifica justamente neste territorialismo o diferencial da trajetória ibérica para a classificar como uma “variante civilizacional do Ocidente”. A “obsessão” ibérica com um expansionismo territorial, sua preocupação em conquistar territórios e sua “displicência” em realizar uma consistente política de fixação, é reflexo de sua opção territorialista, não uma incapacidade de seguir os padrões modernos, como quer Faoro. Este autor identifica na necessidade expansionista da Ibéria a raiz de um absolutismo, de um centralismo, que seria próprio desta cultura. Ao contrário, de acordo com a interpretação desenvolvida por Hespanha, citado por Barboza, Portugal era dividido em microesferas de poder. O poder era tão polarizado, que a Coroa encontrou no expansionismo uma forma de, expandindo seu espaço de atuação, exercer sua autoridade.

Este tipo de interpretação já foi realizada por Werneck Vianna referindo-se ao Brasil. Para este autor, o particularismo brasileiro encontra-se na sociedade, e não no Estado como afirma a sociologia clássica. A visão de Hespanha acerca da Coroa portuguesa lembra a interpretação de Werneck: a sociedade está “tomada” e a Coroa, para exercer sua autoridade, tem que criar outros espaços de atuação. O escopo de atuação do poder central cresce não porque este seja “naturalmente” sufocante, mas porque o espaço que lhe corresponderia já está tomado pela sociedade. Aí podemos perceber explicitamente a “vocação territorialista” da Ibéria que, neste momento, encontra na expansão de sua área geográfica de poder uma alternativa ao particularismo da sociedade.

Quando trata da relação entre Estado e Igreja, Faoro conclui que em Portugal estas duas instituições sempre tiveram uma relação bem estreita. Comparando com a tradição “européia”, o autor percebe que Portugal não experimentou a secularização da esfera política, ou seja, não houve uma clara separação entre os poderes da Coroa e os poderes da Igreja. Havia, na verdade, entre estas duas instituições uma relação “mutualística”, para utilizar um termo da ecologia. Isto é, a Igreja se beneficiava da influência e dos favores políticos que a Coroa poderia lhe proporcionar, enquanto esta última se beneficiava, igualmente, da influência católica e da autoridade papal, como, por exemplo, no caso da legitimação do Tratado de Tordesilhas. Faoro percebe que havia essa relação, pois afirma: “Não era ocioso, portanto, vincular o projeto nacional à incolumidade de um árbitro [Papa], mantido em todo seu prestígio medieval” (1994:18). Ou seja, o autor reconhece que havia *interesse* na não-secularização. No entanto, isto não é suficiente para que reconheça legitimidade política na atitude portuguesa, pois na base de sua reflexão reside a insistente comparação com as “nações ascendentes da Europa”. Dessa forma, como o pensamento político “universal” caminhava na direção da secularização política, não importa se a Portugal, naquele momento, era mais interessante manter a influência da Igreja, a política deveria ser secularizada.

A análise de Faoro a respeito da secularização política demonstra uma descontextualização do momento sócio-político em que ocorre. O tratamento que o autor faz dos dados é anacrônico, pois os retira do seu contexto e os analisa segundo as condições do momento da análise. É também o que acontece quando o autor vai tratar do pensamento político português, por exemplo. O autor afirma que o pensamento português é baseado no “tradicionalismo”, ou seja, as teorias da origem divina do poder e da conseqüente soberania do príncipe. No entanto, em sua investigação, não analisa essas teorias, negando-lhes a coerência lógica e intelectual, que Barboza, por sua vez, lhes confere. Agindo dessa forma, Faoro deixa de explicar uma forma de legitimação do poder que é extremamente coerente com a cultura portuguesa à época. Como, no entanto, trata-se de algo que é distinto do que ocorreu na Europa – entenda-se Inglaterra e França – o autor prefere taxar de *tradicionalismo* e impor-lhe a necessidade de ruptura.

A análise de Faoro é baseada na idéia de que existe um pensamento político universal, que seria o produzido por Inglaterra e França – a “Europa”. A experiência vivida por estes dois países se transforma em história “universal”. O próprio autor afirma que Portugal, no período da Inquisição, “manteve-se impenetrável à ciência europeia, ao pensamento político universal” (1994:20). Ou seja, pensamento europeu = pensamento universal. Analisando a história por essa perspectiva, qualquer instituição que não esteja de acordo com os padrões “europeus”, ao invés de ser compreendida dentro de uma lógica própria, será posta numa posição subalterna ao pensamento europeu.

Este tipo de interpretação histórica está baseada na idéia de *progresso*, realizando a classificação do outro pela ausência, pelo que o outro não tem. Este foi o método utilizado pelos primeiros antropólogos, que olhavam para as sociedades “primitivas” e identificavam nestas traços do passado de suas próprias sociedades, elaborando, assim, uma escala evolutiva cujo topo era ocupado pela sociedade mais avançada – França ou Inglaterra, à época. Dessa forma, estes primeiros antropólogos acreditavam que todas as sociedades teriam um mesmo trajeto de desenvolvimento, passariam por etapas semelhantes até alcançar o estágio mais desenvolvido. Acreditavam eles estarem construindo uma História da Humanidade e, por isso, procuravam encaixar as diversas sociedades em algum estágio desta, dependendo do seu grau de desenvolvimento.

A idéia exposta por Faoro é semelhante à utilizada por estes evolucionistas. Assim como estes últimos, este autor procura encaixar a história portuguesa num padrão “Universal”, único, que para ele é o “europeu”. Procura também na sua sociedade “primitiva”, a Ibéria/ Portugal, os indícios do passado da nação “avançada”, como evidenciado no título do segundo capítulo “A Revolução Irrealizada”. Faoro espera que todas as sociedades encaixem-se numa “História Universal da Humanidade”, não reconhecendo direito às particularidades de cada “tradição cultural”, expressão essa que sempre utiliza em tom pejorativo, como se existisse uma cultura “verdadeira”, da qual as demais fossem apenas tentativas reflexos embaçados.

Neste ponto podemos perceber o peso político do discurso, como dito no início, das classificações no campo das ciências sociais. A experiência histórica ibérica deixa de ser entendida como “variante civilizacional” para ser tomada como “marca do atraso”. Enquanto em Barboza a Ibéria possui uma história própria, um caminho autônomo, com Faoro ela têm marca de fracasso, de atraso. Tudo através do discurso.

## Conclusão

A característica diferencial da Ibéria destacada neste trabalho, o territorialismo, é entendido por este tipo de literatura como resquício do passado, de uma tradição cultural que nega *modernizar-se*. Este tipo de discurso nega à Ibéria a possibilidade de a resistência aos valores culturais anglo-saxões seria, ao invés de *obscurantismo, incapacidade* de modernizar-se, ranço de *tradições culturais*, uma opção consciente de desenvolvimento político. Na perspectiva que estamos adotando na pesquisa, a posição subalterna, de “caso frustrado do Ocidente” pode ser alterada em favor de uma história própria, contada nos seus próprios termos, modificando, assim, nosso olhar “colonizado” sobre a Ibéria.

## Referências

- 1 - FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 280 p.**
- 2 - LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. 280 p.**

- 3 - SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- 4 - VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. **Net**, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: [www.artnet.com.br/gramsci](http://www.artnet.com.br/gramsci) Acesso em 02 jun. 2007.
- 5 - BARBOZA F., Rubem. **Tradição e Artifício – iberismo e barroco na formação americana**. 1 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. 502 p.
- 6 – FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro?. **Net**, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ea/v1n1/v1n1a04.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v1n1/v1n1a04.pdf) Acesso em 07 ago. 2007
- \_\_\_\_\_. **Os donos do poder – A formação do patronato brasileiro**. 3 ed. rev. São Paulo: Globo, 2001. 913 p.